

Editora

Luisa Angélica Paraguai Donati

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001

Disponibilidade dos Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Recebido

27 maio 2025

Versão Final

11 nov. 2025

Aprovado

27 jan. 2026

Memória, informação e esquecimento: uma análise histórico-discursiva dos relatórios técnicos institucionais da Biblioteca Pública Benedito Leite (1915-1919)

Memory, information and oblivion: a historical-discursive analysis of the institutional technical reports of the Benedito Leite Public Library (1915-1919)

Maurício José Morais **Costa**¹ , Maria Cleide Rodrigues **Bernardino**² 

¹ Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. João Pessoa, PB, Brasil. Correspondência para: M. J. M. COSTA. E-mail: <mauriciojosemorais@gmail.com>.

² Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Como citar este artigo: Costa, M. J. M.; Bernardino, M. C. R. Memória, informação e esquecimento: uma análise histórico-discursiva dos relatórios técnicos institucionais da Biblioteca Pública Benedito Leite (1915-1919). *TransInformação*, v. 38, e2616005, 2026. Doi: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202638e2616005>.

Resumo

Este estudo analisa, sob uma perspectiva histórico-discursiva, os processos de construção da memória institucional e os mecanismos de silenciamento presentes nos relatórios técnicos da Biblioteca Pública Benedito Leite, no período de 1915 a 1919. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e documental de abordagem qualitativa. A análise foi conduzida com base nas diretrizes da análise de conteúdo, com categorias temáticas previamente definidas. Entre 1915 e 1919, os relatórios da Biblioteca Pública Benedito Leite constroem, de forma progressiva, uma narrativa institucional que oscila entre a reivindicação de reconhecimento e a consagração simbólica. Esses documentos evidenciam a valorização do acervo como patrimônio cultural e a autoafirmação da biblioteca como agente social. Ao mesmo tempo, os relatórios revelam dinâmicas de esquecimento institucionalizado, como perdas documentais, degradação física e ausência de políticas de preservação. A memória projetada nesses relatórios convive com silenciamentos e seleções que configuram o acervo como espaço de disputas simbólicas. Assim, a construção da memória institucional não é neutra, mas resulta de estratégias discursivas que buscam afirmar a relevância da Biblioteca Pública Benedito Leite diante dos desafios da preservação e da continuidade histórica.

Palavras-chave: Discurso e esquecimento. Memória institucional. Patrimônio documental e memória social.

Abstract

This study analyzes, from a historical-discursive perspective, the processes of institutional memory construction and the mechanisms of silencing present in the technical reports of the Benedito Leite Public Library from 1915 to 1919. This is an exploratory and descriptive documentary research with

a qualitative approach. The analysis was conducted based on the guidelines of content analysis, with predefined thematic categories. Between 1915 and 1919, Benedito Leite Public Library reports progressively construct an institutional narrative that oscillates between the demand for recognition and symbolic consecration. These documents highlight the appreciation of the collection as cultural heritage and the library's self-affirmation as a social agent. At the same time, they reveal dynamics of institutionalized forgetting, such as document loss, physical degradation, and the absence of preservation policies. The memory projected in these reports coexists with silences and selections that shape the collection as a space of symbolic dispute. Thus, the construction of institutional memory is not neutral but rather the result of discursive strategies aimed at asserting the relevance of Benedito Leite Public Library in the face of challenges related to preservation and historical continuity.

Keywords: Discourse and forgetting. Institutional memory. Documentary heritage and social memory.

Introdução

A memória social constitui-se como um campo transdisciplinar que articula múltiplas dimensões históricas, simbólicas, políticas e documentais, na construção de sentidos coletivos sobre o passado. As bibliotecas públicas, nesse contexto, operam como vetores dessa memória, ao selecionar, conservar e disponibilizar documentos e acervos que sustentam narrativas identitárias e patrimoniais. Esses espaços não apenas armazenam registros, mas também participam da produção ativa da memória pública, estabelecendo fronteiras entre o que será lembrado e o que será esquecido. Assim, os acervos documentais tornam-se instrumentos de disputa simbólica, cuja legitimação reflete as escolhas e os silenciamentos de uma sociedade.

A Memória Institucional (MI), por sua vez, refere-se à forma como uma instituição organiza, representa e preserva sua trajetória histórica, seus valores e suas práticas. Em bibliotecas públicas, essa memória se manifesta por meio de documentos administrativos, acervos e narrativas que registram suas ações e relações com a sociedade. Tais registros não apenas conservam o passado, mas também contribuem ativamente para a construção de identidade e da legitimidade institucional. A partir da materialidade dos documentos e da gestão arquivística, as bibliotecas tornam-se espaços fundamentais de infocomunicação, nos quais a memória registrada articula seleções, silêncios e ressignificações contínuas da experiência institucional coletiva, ou seja, esse processo envolve disputas simbólicas sobre o que deve ser lembrado, preservado ou silenciado.

A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), inaugurada em 1831, configura-se como um lugar de memória e um dispositivo central para compreender a formação identitária e cultural do Maranhão. A instituição pode ser analisada não apenas como guardiã de acervos e registros documentais, mas também como um processo vivo que reflete as práticas, os discursos e as relações de poder que moldaram sua trajetória (Castro; Furtado; Castellanos, 2022; Thiesen, 2013). Ao atuar como dispositivo informacional e cultural, a BPBL reafirma sua legitimidade e relevância social, uma vez que sua memória institucional expressa tanto o registro do passado quanto o modo como a instituição atua e se reconfigura nas dinâmicas sociais. Diante disso, este estudo intenta analisar de forma histórico-discursiva os relatórios técnicos da Biblioteca Pública Benedito Leite, produzidos entre 1915 e 1919, com o intuito de compreender os processos de construção da memória institucional e os mecanismos de silenciamento e esquecimento operados nos discursos administrativos.

Trata-se de um estudo de natureza exploratória e descritiva, que adota a pesquisa documental como estratégia metodológica, com enfoque na abordagem histórico-discursiva. O *corpus* é composto pelos relatórios técnicos da Biblioteca Pública Benedito Leite, produzidos entre 1915 e 1919. Adota-se a análise de conteúdo, com categorias temáticas previamente definidas (Bardin, 2016). Além disso, incorpora-se a noção de memória discursiva (Orlandi, 2007),

reconhecendo, nos documentos, a inscrição de sentidos historicamente produzidos, regulados por formações ideológicas que atravessam o campo institucional e orientam os dizeres sobre memória, esquecimento e patrimônio.

Memória social, silenciamentos e esquecimentos

A memória social trata-se de um campo de investigação complexo e importante nas ciências humanas e sociais. Distinta da memória individual, que tende a ser o foco de estudos psicológicos ou neurológicos, a memória social concentra-se nos aspectos sociais da memória, compreendendo-a como um fenômeno intrinsecamente coletivo e compartilhado (Halbwachs, 2006). A memória social é construída transversalmente, quando questões de um campo do saber transcendem seus limites e impactam outros. Esse processo desestabiliza regras disciplinares e propõe novas práticas de pesquisa. Sua natureza é transdisciplinar, integrando conhecimentos e métodos de áreas como história, sociologia, antropologia, psicanálise, linguística, ciência da informação, filosofia e artes, sem se restringir a uma disciplina específica (Durso, 2023; Gondar, 2016).

A memória social é percebida tanto como um ato de referenciamento quanto como um fenômeno sociológico distinto da memória histórica e da memória individual (Azevedo Netto, 2005; Gondar, 2005; Halbwachs, 2006). Apesar de sua natureza polissêmica, o conceito de memória social é essencial para a compreensão de como grupos e sociedades constroem representações, identidades e tecem suas relações temporais, apresentando-se como um campo em contínua construção, de caráter aberto e dialógico. Nesse sentido, é possível estudá-la sob uma perspectiva social, tendo em vista suas interfaces com a sociologia, como aludido por Halbwachs (2006), evidenciando as manifestações do social na capacidade de lembrança (Gondar, 2016). Tal asserção é corroborada por Sá e Bufrem (2024, p. 6), que afirmam que “a memória é uma construção social e emocional que parte de lembranças”. Essas lembranças, por sua vez, referem-se a vivências ou a narrativas transmitidas a um indivíduo, relacionadas a um grupo ou comunidade, e contribuem para a construção da história oral do lugar. Para que algo se consolide como memória, é essencial a presença ou a contribuição de outros sujeitos, permitindo o compartilhamento de experiências e recordações.

A memória social pode ser definida como um processo dinâmico, no qual grupos e sociedades criam e reconfiguram suas memórias compartilhadas (Gondar, 2016). Em contraste com a memória coletiva, que Halbwachs associava a uma dimensão mais oral e a grupos de formação espontânea, e com a memória histórica, frequentemente vista como um registro escrito mais formal e vinculado ao aparato estatal, diferentes autores apontam nuances conceituais (Halbwachs, 2006; Sá; Bufrem, 2024). Alguns estudiosos sugerem que o termo memória social é mais adequado do que memória coletiva para sublinhar o caráter, por vezes, uniformizador e oficial das narrativas do passado, as quais são frequentemente o produto de disputas de poder (Gondar, 2008, 2016).

Nesse sentido, o estudo ancora-se no entendimento de Gondar (2016), cuja síntese explica que a memória social se configura como um processo dinâmico, complexo e multifacetado, construído ativamente pelos sujeitos sociais com vistas à produção de sentido coletivo e à constituição de identidades. Sá e Bufrem (2024, p. 7) acrescentam que a memória social “se refere às memórias elaboradas e processadas pelos atores sociais, conferindo sentido à comunidade e contribuindo para a construção de identidades sociais”. Assim, está inscrita em um campo de disputas simbólicas e relações de poder, sendo sua natureza processual e atravessada por tensões, especialmente pela articulação paradoxal entre o lembrar e o esquecer. Vinculada intrinsecamente a dimensões éticas e políticas, a memória social transcende a função conservadora da identidade

e das representações, incorporando aspectos sensíveis como o afeto, o corpo e a criação enquanto formas de expressão e resistência (Gondar, 2016).

A memória social desvela sua dimensão ética e política, uma vez que implica reconhecer que ela não atua como um mero repositório de representações ou uma reprodução exata do passado. Pelo contrário, a memória social é inseparável do presente, englobando a reconstrução do passado sob a influência de quadros sociais particulares e em relação às projeções para o futuro. Assim, a memória social configura-se como um campo de disputas, onde lembranças e esquecimentos são ativamente articulados (Assmann, 2011; Gondar, 2016).

A memória social também implica a invenção e a produção do novo, pois não há memória sem um componente de criação. Ela pode, ademais, funcionar como um foco de resistência no âmbito das relações de poder, como ilustram estudos sobre memórias no contexto prisional ou sobre a dinâmica entre língua e poder. As políticas de memória constituem demonstrações tangíveis de como o Estado e outras entidades tentam construir e validar narrativas específicas do passado (Gondar, 2016). Nesse sentido, concorda-se com as asserções de Ricoeur (2007), ao discutir como a memória, em sua dimensão coletiva, pode ser moldada e até manipulada, e como o Estado ou outras ‘potências’ tentam impor narrativas autorizadas. Nas palavras do autor,

O perigo maior está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso a narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (Ricoeur, 2007, p. 455).

Ricoeur (2007) alerta que a imposição de uma “história oficial” por grupos dominantes, tais como governos ou elites intelectuais, pode silenciar vozes comunitárias, convertendo-se em uma ‘armadilha’ que expropria o direito de narrar experiências próprias. Esse mecanismo, observável nos relatórios da BPBL analisados, que trazem retratos do início do século XX, operava mediante o controle documental, privilegiando perspectivas hegemônicas e marginalizando memórias populares. A preservação exclusiva de registros oficiais gera um ‘esquecimento’ compulsório, como ocorreu com negros, indígenas e classes pobres no Maranhão oitocentista, apagando suas capacidades narrativas. A crítica de Ricoeur (2007) revela, assim, o duplo papel dos arquivos: instrumentos de poder, mas também potenciais espaços de resistência, mediante a recuperação de vozes subalternizadas.

Essa disputa pela memória não se restringe aos documentos escritos. Ela se corporifica em corpos, afetos e expressões artístico-culturais, nas quais o patrimônio material e imaterial emerge como locus privilegiado da memória social (Abreu; Chagas, 2009; Gallois, 2011). Nesse espectro, a memória manifesta-se de múltiplas formas: desde rastros cerebrais e documentais (arquivos, patrimônio tangível) até rastros psíquicos, definidos por Ricoeur (2007, p. 425) como “impressões afetivas deixadas por acontecimentos marcantes”. Essa imbricação entre experiência vivida, afeto e suportes materiais redefine a própria noção de memória social, ampliando seus territórios para além do institucional.

É nesse contexto que as bibliotecas públicas assumem função central, atuando não apenas como repositórios, mas também como mediadoras ativas entre memória oficial e contranarrativas. Ao custodiar conhecimentos e viabilizar o acesso a registros históricos, elas participam diretamente da construção identitária coletiva. Assmann (2011) reforça essa ideia ao destacar que a memória

cultural depende de suportes materiais e de políticas institucionais para sua perpetuação, papel este que as bibliotecas cumprem ao selecionar, conservar e democratizar informações.

Seu duplo compromisso com a preservação e a disseminação, consolida o que Assmann (2011) denomina “memória de armazenamento”, assegurando não apenas a transmissão intergeracional, mas também a reinterpretação crítica do passado. Assim, as bibliotecas podem tensionar a dinâmica entre permanência e renovação da memória social, oferecendo ferramentas para que grupos marginalizados ressignifiquem histórias e projetem futuros alternativos. Contudo, esse potencial democratizante enfrenta novos desafios na contemporaneidade, onde que as próprias tecnologias digitais reconfiguram radicalmente os modos de produção, conservação e acesso à memória.

A relação entre informação, tecnologias digitais e memória redefine os processos de conservação, armazenamento e recuperação documental, tornando-se elemento central para a análise da construção, transmissão e contestação da memória social. Essa dinâmica, contudo, não se reduz a aspectos técnicos: a memória social constitui-se como uma polifonia de vozes, resistindo a definições unívocas ou a “continentes conceituais” rígidos. A materialidade das mídias, do manuscrito ao digital, interfere ativamente nesse processo, ao conformar os próprios modos de recordar e esquecer (Assmann, 2011; Gondar, 2016). Nesse contexto, Assmann (2011) aponta que a memória cultural ganha relevância ao demonstrar como as transformações nas mídias técnicas reconfiguram os “espaços da recordação”. A autora distingue entre memória funcional (habitada, seletiva e vinculada a identidades coletivas) e memória de armazenamento (inabitada, potencialmente ilimitada, dependente de suportes materiais), dualidade que a era digital radicaliza.

O ambiente digital, ao ampliar a capacidade de armazenamento e a velocidade de circulação informacional, tensiona essas categorias: a abundância de dados borra as fronteiras entre lembrar e esquecer, aproximando a estrutura da memória cultural da lógica do inconsciente. Nesse cenário de excesso, a curadoria transforma-se em ato político inerente, pois a escolha, urgente e intencional, é moldada por interesses sociais, conflitos de poder e pela materialidade das mídias. Assim, a memória social revela sua natureza paradoxal: potencializada tecnologicamente para preservar, mas também vulnerável a novos silenciamentos que se reconfiguram nas brechas do aparente acesso ilimitado.

Memória Institucional: breves considerações

A memória e a informação são conceitos profundamente ligados e indissociáveis. A informação é vista como um componente essencial que permite ao indivíduo e à coletividade atualizar e reter impressões ou dados do passado, transformando-os em conhecimento e compreensão (Crispim; Pinho, 2024). Concebida como um fenômeno social coletivo, a informação se manifesta em diferentes dimensões: como processo (na comunicação e interação humana), como recurso (na gestão e no uso estratégico) e como mercadoria (na economia da informação). Sua materialização ocorre por meio de documentos, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades (Almeida *et al.*, 2007).

Como a informação é transmitida e registrada, seja por meio da oralidade ou em diversos suportes materiais, como documentos, artefatos e acervos, ela é fundamental para a capacidade de lembrar, transmitir saberes e constituir a consciência histórica. As instituições, como grandes produtoras de informação, têm um papel significativo na construção da memória social (Cavalcante; Sales; Guerra, 2024; Souza; Bernardino, 2020). Nesse cenário, a preservação da informação gerada

e acumulada ao longo do tempo por uma entidade é primordial para a constituição e a manutenção de sua própria memória institucional (Teixeira, 2023).

A informação e a memória estão intimamente conectadas, seja por meio da comunicação oral ou de registros físicos que simbolizam a manifestação de saberes acumulados tanto individual quanto coletivamente. Logo, os documentos elaborados pela comunidade atuam como instrumentos de preservação e disseminação das várias manifestações do pensamento humano (Nunes; Souza; Mello, 2024). Ao analisar esses registros, é possível identificar as complexidades de sua criação, incluindo as diversas perspectivas e os conflitos que os permeiam (Sá; Bufrem, 2024). A memória, assim como a informação, se manifesta e se expressa de modo multifacetado e filia-se aos distintos contextos e campos do conhecimento. Em vista disso, ela desempenha um papel fundamental para o funcionamento das instituições, constituindo-se como elemento relevante de sua organização e continuidade. Por meio da memória, as instituições não somente se perpetuam no tecido social, mas também sistematizam e preservam informações essenciais para suas atividades.

Em vista disso, ancorando-se em Thiesen (2013, p. 37), entende-se que “A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais”. Desse modo, não pode ser vista como um simples resgate do passado ou um arquivo estático, mas como um conceito dinâmico e híbrido, a autora o expande, ao afirmar que a memória institucional é capaz de “[...] revelar suas condições de produção e as estratégias traçadas nas relações de saber-poder para que seja possível reconstruir e identificar sua emergência em determinada época, assim como sua deslegitimação no âmbito das lutas sociais” (Thiesen, 2023, p. 11).

Thiesen (2013, 2023) propõe compreender a memória institucional sob uma perspectiva processual, crítica e complexa, profundamente vinculada às relações de poder, aos mecanismos de seleção, ao tempo e às dinâmicas sociais. Em outras palavras, ela abrange tanto as estruturas, normas e práticas consolidadas nas instituições (o instituído) quanto as forças e os processos que as desafiam, recriam e transformam continuamente (o instituinte), revelando a natureza dinâmica e histórica das instituições e de suas memórias.

A memória institucional passou a ser abordada de forma mais sistemática a partir da década de 1970, impulsionada por estudos sociológicos, antropológicos e históricos sobre memória. Nesse período, organizações e empresas passaram a reconhecer seu valor estratégico como instrumento de preservação da história e da identidade, além de meio de fortalecer sua legitimidade social. Observa-se, desde então, um crescente interesse na institucionalização de práticas voltadas à preservação e à difusão da memória institucional (Costa, 1997). Essa perspectiva evidencia que a memória institucional constitui um recurso estratégico para sustentar a legitimidade das instituições, por abranger as relações de poder, as práticas, os valores e as normas consolidadas, bem como os processos dinâmicos de criação, contestação e transformação que continuamente as renovam (Thiesen, 2013, 2023).

A MI configura-se como um processo dinâmico e contínuo de produção, circulação e ressignificação de informações, refletindo a trajetória social e histórica das instituições e das pessoas que as constituem (Crispim; Pinho, 2024). Segundo Rueda, Freitas e Valls (2011), esse movimento ganhou corpo na França na década de 1980, com a criação dos Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho, voltados à preservação de acervos empresariais e sindicais. No Brasil, a consolidação dos centros de memória ocorreu principalmente em instituições públicas e acadêmicas, estimulada pela redemocratização e pelos avanços tecnológicos após 1988.

Os centros de memória são dispositivos fundamentais da MI, por estabelecerem e implementarem políticas sistemáticas voltadas ao resgate, ao tratamento técnico e à difusão dos acervos documentais. Mais do que espaços de guarda, configuram-se como “lugares de memória”, nos quais o registro institucional se transforma em patrimônio simbólico que reflete o capital intelectual, a cultura e os valores da organização. Ao gerir a MI, esses centros promovem o acesso ao conhecimento e fortalecem a imagem institucional perante a comunidade. Assim, a eficácia da MI depende da capacidade desses centros de preservar e disseminar informações, assegurando a continuidade da memória e o reconhecimento da identidade institucional (Crispim; Pinho, 2024; Santos; Valentim, 2021). Isso é possível porque a MI vai se referir ao arcabouço de informações, dentre elas documentos e registros que preservam a história e a identidade de uma determinada instituição, ao compreender o

[...] que é produzido pelos indivíduos que a instituem e suas relações com a sociedade. Ela engloba um conjunto diversificado de materiais, abrangendo documentos oficiais (estatutos, regimentos, atas de reuniões, resoluções etc.), relatórios, cartas, manuscritos, discursos, registros administrativos diversos, depoimentos, fotografias, vídeos, obras artísticas, e outros elementos representativos dessa produção (Cavalcante; Sales; Guerra, 2024, p. 4).

Sabe-se, conforme explicam Rueda, Freitas e Valls (2011), que toda instituição gera, em sua rotina e nos processos de tomada de decisão, documentos que dão forma à sua memória institucional. Thiesen (2023), entretanto, chama a atenção para a importância de analisar os processos de institucionalização que sustentam essa memória, pois é neles que se encontram suas origens no campo social. Esses processos envolvem e articulam discursos e técnicas, bem como as relações de saber expressas nas práticas institucionais. A MI, portanto, vai além da simples materialização da informação, embora esta faça parte de sua composição. As instituições representam estruturas essenciais de conhecimento e poder, manifestas em seus modos de operação e práticas cotidianas. Essa memória atua tanto para consolidar saberes e relações de poder que se perpetuam no cotidiano institucional, quanto para questioná-los e fomentar transformações (Thiesen, 2023).

Constituindo-se como um processo dinâmico de construção e reconstrução contínua de informações, a memória institucional se manifesta por meio de práticas discursivas que revelam tanto suas origens e contextos de produção quanto as estratégias de poder e de conhecimento que as permeiam. Nessa perspectiva, o sujeito é um ponto central, qual seja, pelo caráter coletivo que exige regularidade para sua ampliação e fortalecimento, quanto pelo fato de que “[...] as instituições em si não possuem memória, são os sujeitos que constroem sua memória, validando-a coletivamente como bem social, pois as experiências, ações e conquistas em benefício da construção da sociedade institucionalizam-na e a perpetuam” (Santos; Valentim, 2021, p. 222).

Ao compreender que “as instituições lembram e esquecem” (Thiesen, 2013, p. 87), esse processo de manutenção memorial, construído pelos sujeitos que compõem a instituição e validado coletivamente, permite que as organizações construam sua identidade e legitimidade perante a sociedade. As bibliotecas públicas extrapolam o papel meramente administrativo e assumem uma função social e cultural ao promover o acesso às múltiplas expressões de uma coletividade, independentemente de origem, classe ou crença. Os saberes e elementos culturais que preservam fazem delas espaços de produção e circulação da memória coletiva, patrimônio simbólico compartilhado pela sociedade em que se inserem (Silveira, 2010). Nesse contexto, a preservação de documentos, como relatórios administrativos do final do século XIX, registros de usuários, catálogos

e acervos raros, é fundamental, pois esses materiais testemunham tanto a trajetória institucional quanto os processos sociais e culturais que atravessam a história local e nacional.

Em vista disso, a memória nas bibliotecas públicas é simultaneamente institucional e social. É institucional porque a biblioteca, como organização, produz e gerencia sua própria memória técnica e administrativa, garantindo sua eficácia, permanência e legitimidade. É social porque o conteúdo que preserva, incluindo livros, documentos, acervos e registros, constitui o repositório do conhecimento humano e das experiências coletivas, possibilitando a formação da identidade e da memória cultural de uma sociedade (Cavalcante; Sales; Guerra, 2024; Santos; Valentim, 2021; Silveira, 2010).

Assim, nas bibliotecas públicas, a memória não se restringe ao domínio institucional nem se dissolve no social: ela articula ambas as dimensões, configurando-se como um processo contínuo de mediação entre a instituição e a comunidade, entre o que se registra e o que se compartilha, uma memória que é, ao mesmo tempo, da instituição e da sociedade. Considerando que nem tudo aquilo que foi produzido chega ao acesso de todos, pois, como acentua Thiesen (2023), há uma recorrente seletividade memorialística por parte dos processos de produção e mediação das instituições que abrigam esses registros.

Esses documentos são reflexos da história da instituição e da sociedade na qual ela está inserida. Por meio da materialidade desses registros, que formalizam as ações, decisões, métodos e operações da biblioteca, é possível resgatar e compreender a trajetória da instituição, sua identidade e seu papel histórico. A capacidade de revelar essa memória permite que a biblioteca reafirme sua imagem e fortaleça seu valor perante a comunidade, justificando sua relevância e consolidando sua legitimidade social ao longo do tempo. Essa perspectiva vai ao encontro do que dizem Santos e Valentim (2021, p. 222), “[...] a memória das instituições se constrói no presente, porém seu conceito está em constante mutação atendendo a anseios e expectativas sociais e institucionais, pois a MI está no todo instituído ao valor social do grupo [...]”.

A MI configura-se, portanto, como um constructo social dinâmico, enraizado nas relações de poder e nos valores coletivos que moldam as instituições. Embora sua natureza intencional apresente desafios para uma abordagem pragmática e objetiva, o potencial histórico e identitário dos registros documentais é inquestionável.

O cenário emergente demonstra uma evolução significativa nas práticas de preservação: se antes os acervos memoriais enfrentavam riscos de abandono e descaso, hoje observa-se o surgimento de Centros de Memória especializados. Esses espaços não apenas salvaguardam o patrimônio documental, mas também o tornam acessível, cumprindo assim a dupla função de preservar a identidade institucional e democratizar o acesso à memória coletiva (Cavalcante; Sales; Guerra, 2024; Santos; Valentim, 2021). Cumprindo, assim, a dupla função de preservar a identidade institucional (relacionada à legitimidade e aos valores sociais do grupo) e de democratizar o acesso à memória coletiva (ou social), permitindo a pesquisadores e à comunidade em geral o uso de documentos que narram as trajetórias históricas, culturais e científicas.

Procedimentos Metodológicos

A Biblioteca Pública Benedito Leite é uma instituição de notável relevância histórica e cultural, reconhecida como a segunda biblioteca pública mais antiga do Brasil ainda em funcionamento. Inaugurada em 3 de maio de 1831, iniciou suas atividades em salas do Convento do Carmo, no centro histórico de São Luís, transferindo-se, em 1951, para a Praça do Pantheon, área central da cidade, cuja arquitetura neoclássica evoca simbolicamente a Acrópole da antiga “Atenas Brasileira” (Castro;

Furtado; Castellanos, 2022). No contexto social, a BPBL constitui-se como um dos mais relevantes espaços culturais do Maranhão. Sua importância reside na preservação e difusão da história, da memória e da identidade cultural maranhense, assegurando acesso universal ao conhecimento e à cultura. A biblioteca ultrapassa a função tradicional de guarda de livros, atuando no incentivo à educação permanente, na formação cidadã e na promoção da emancipação social. Seu acervo, amplo e diversificado, reúne mais de nove mil obras raras, incluindo manuscritos dos séculos XVI a XIX, além de coleções especiais, como a seção Braille (Castro; Furtado; Castellanos, 2022).

Trata-se de um estudo de natureza exploratória e descritiva, por examinar um conjunto documental ainda pouco abordado no que se refere às bibliotecas públicas, em especial à BPBL, visando descrever e compreender as estratégias discursivas mobilizadas na constituição, legitimação ou apagamento da memória no interior dos registros administrativos da instituição (Prodanov; Freitas, 2013). Buscou-se produzir uma leitura crítica que vá além do conteúdo literal dos documentos, iluminando as dinâmicas simbólicas e informacionais que atravessam os textos. Nesse sentido, o estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que se propõe a interpretar significados, representações e construções discursivas presentes nos relatórios técnicos da Biblioteca Pública Benedito Leite, mais do que a quantificar dados (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Ao recorrer à pesquisa documental, o estudo adota a abordagem histórico-discursiva, fundamentada na perspectiva de que os discursos são práticas sociais situadas, atravessadas por ideologias, e cuja produção está indissociavelmente vinculada a contextos históricos e institucionais específicos (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2007). Assim, entende-se que os relatórios técnicos da BPBL, enquanto documentos administrativos, não somente registram fatos, mas também constroem sentidos, legitimam posições e silenciam determinados aspectos da memória institucional.

Ao considerar as condições de produção desses discursos, notadamente o contexto da Primeira República, a análise busca identificar como o valor simbólico da biblioteca, suas práticas informacionais e as marcas do esquecimento são performados linguisticamente. A análise ancora-se ainda nos aportes de Chartier (1990), ao considerar os documentos como objetos históricos que carregam em sua forma, circulação e apropriação os traços das disputas simbólicas de seu tempo. Nesse sentido, são mobilizadas categorias como memória discursiva, apagamento, silenciamento e representação para investigar os sentidos atribuídos, ocultados ou deslocados ao longo dos relatórios.

O *corpus* da pesquisa compreende documentos produzidos em 1915, 1916, 1917 e 1919, disponibilizados tanto fisicamente quanto na biblioteca digital de obras raras da instituição, considerados fontes primárias representativas da memória institucional da BPBL. Cabe destacar que a ausência do relatório de 1918 se deve ao fato de ele não se encontrar disponível nem no acervo físico nem no digital da BPBL. A análise dos documentos foi conduzida segundo as diretrizes da análise de conteúdo, entendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos de interpretação das comunicações. Aplicada ao presente estudo, essa abordagem permitiu descrever de forma estruturada as mensagens institucionais presentes nos relatórios da instituição, favorecendo a identificação de sentidos e silenciamentos relacionados à memória, à informação e ao esquecimento em um contexto histórico específico.

Para tanto, recorreu-se ao método de análise de conteúdo temática, a qual “[...] consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar algo para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2016, p. 135). Portanto, o processo de codificação foi orientado pela identificação de regularidades, recorrências e tensões

nos discursos presentes nos relatórios técnicos da BPBL. A análise foi orientada por categorias previamente definidas com base no referencial teórico: (i) narrativas institucionais, (ii) coleções e colecionismo e (iii) silenciamentos e esquecimentos.

A análise dos discursos considerou não somente os conteúdos explícitos, mas também os sentidos produzidos por meio da linguagem institucional, os elementos ausentes ou marginalizados e os deslocamentos discursivos que revelam processos de esquecimento ou apagamento. Nesse processo, foram mobilizadas também noções da análise do discurso de linha francesa, particularmente a ideia de memória discursiva (Orlandi, 2007), que reconhece, nos documentos a presença de dizeres anteriores e a inscrição de sentidos regulados por determinadas formações ideológicas.

O que dizem os relatórios técnicos da Biblioteca Pública Benedito Leite (1915-1919)

A memória institucional não se constitui apenas pelo que é registrado, mas também pelo que é deliberadamente omitido ou esquecido. Os relatórios técnicos da Biblioteca Pública Benedito Leite, produzidos entre 1915 e 1919, configuram-se como objetos privilegiados para investigar como essa memória institucional se constrói em um jogo permanente de informações, incluindo processos de seleção, silenciamento e representação que revelam a natureza inerentemente seletiva e construída da memória institucional no contexto da Primeira República (Santos; Valentim, 2021; Thiesen, 2023). Pontua-se, assim, que os relatórios técnicos da BPBL se revelam, para além de sua perspectiva burocrática, como artefatos discursivos fundamentais na construção da memória da instituição, de São Luís e do Maranhão. Ao registrar práticas administrativas, esses documentos não somente descrevem fatos, mas performam um ato político de seleção memorialística – no qual tanto as ênfases quanto as omissões constituem estratégias de representação do poder. A análise que se segue parte do pressuposto de que tais relatórios operam simultaneamente como instrumentos de visibilidade e dispositivos de silenciamento, conformando o que Assmann (2011) denomina ‘memória funcional’ institucional.

Nesta seção, examina-se como esses documentos: 1) organizam narrativas legitimadoras mediante determinados recortes informacionais; 2) revelam tensões entre o projeto simbólico da biblioteca como espaço de modernidade intelectual e suas contingências materiais; e 3) naturalizam ausências que, longe de serem acidentais, conformam aquilo que Ricoeur (2007) identifica como “esquecimento estrutural” das instituições. A abordagem articula três níveis de análise: o conteúdo manifesto dos relatórios, suas estratégias discursivas implícitas e os silêncios documentais sistemáticos, sempre em diálogo com os referenciais teóricos da memória social e institucional produzidos no campo da Ciência da Informação.

Narrativas institucionais e identidade simbólica

Os relatórios técnicos da BPBL constituem narrativas institucionais privilegiadas, essenciais para compreender os modos de construção da memória e da identidade simbólica da instituição. Longe de serem registros neutros, esses documentos operam como dispositivos discursivos que moldam a forma como a biblioteca se representa ao longo do tempo. Ao selecionar fatos, destacar marcos e silenciar determinadas dimensões, os relatórios revelam estratégias de legitimação e valorização simbólica próprias do período republicano, especialmente no Maranhão. No Quadro 1, apresentam-se os extratos referentes à categoria “narrativas institucionais e identidade simbólica”,

evidenciando como a biblioteca construiu discursivamente sua trajetória, projetando-se como centro de cultura, instrução e prestígio regional.

Quadro 1 – Narrativas institucionais e identidade simbólica.

Ano	Trechos dos relatórios
1915	“A Bibliotheca Publica do Maranhão, fundada por iniciativa do distinto maranhense, Dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 1829 [...] foi sendo esquecida e caindo em decadência até que passou novamente a ser administrada pelo Governo da provincia, com o que tambem não prosperou muito. Depois de haver passado por diversas phases de prosperidade e decadencia, resurgio, finalmente, em 1898, reorganizada pelos modernos moldes, na tradicional epocha em que os destinos políticos do Maranhão foram dirigidos pela orientação criteriosa e honesta do inolvidavel maranhense, Dr. Benedicto Leite” (Perdigão, 1915, p. 2). “Era aqui o centro do mundo intellectual maranhense, e não pode haver melhor lugar, para quem procura saber, do aquelle onde ha livros e livros que podem ser lidos. [...] Nos ultimos annos, porém, tornou-se menos intenso o amor pelas letras, no Maranhão, e a Bibliotheca Publica já não offercia grandes attructivos, não porque tivessem sido já sobeja-me te lidos os oito mil e tantos volumes que ainda possui, mas amos o saber humano” (Perdigão, 1915, p. 3-4).
1916	“Não sou para este fim – como para completar o trabalho que estou elaborando com o título de ‘Bibliographia Maranhense’ [...] meu intento [é] deixar registado em um só volume tudo quanto tem sido escripto e publicado pelos nossos conterraneos.”; “E não merecerá ainda a ‘Athenas Brasileira’ possuir um edificio proprio para sua Bibliotheca?” (Perdigão, 1916, p. 84).
1917	“Desto antigo e já alquebrado funcionario do Estado que, como maranhense, só deseja o progresso e engrandecimento do Maranhão. E peço-vos venia para ainda aqui repetir: Não merecerá ainda a Athenas Brasileira possuir um edificio proprio para a sua Bibliotheca?”; “Continúa esta instituição a merecer o favor dos que sentem prazer em contribuir para a educação do povo” (Perdigão, 1917, p. 53). “Podemos affirmar que a Bibliotheca Publica é hoje uma instituição que honra o Estado, e que está perfeitamente equipada para corresponder aos seus fins” (Perdigão, 1919, p. 7).
1919	“Dirigida por uma longa serie de annos, com amor e dedicação, e dotada de preciosa collecção de livros e de objectos de arte e sciencia, ella constitue hoje um dos primeiros estabelecimentos do genero existentes no Brasil” (Perdigão, 1919, p. 28). “Com as doações que lhe foram feitas e as obras adquiridas por compra, já ultrapassamos a cifra de vinte mil volumes, tendo-se portanto, realizado, quasi inteiramente, o programma a que nos propúnhamos, isto é, transformar a Bibliotheca Publica em uma Bibliotheca Nacional” (Perdigão, 1915, p. 12).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Entre 1915 e 1919, os relatórios da BPBL constroem, progressivamente, uma narrativa institucional que oscila entre a reivindicação de reconhecimento e a consagração simbólica. Esses documentos integram uma política institucional voltada ao resgate sistemático, à avaliação crítica, ao tratamento técnico e à difusão de seus acervos, desempenhando papel essencial na preservação continuada do conhecimento produzido no cotidiano institucional (Japiassu; Fonseca; Freitas, 2016). Assim, ao documentarem a evolução da BPBL, contribuem para a consolidação de sua cultura organizacional e dos valores que sustentam sua identidade ao longo do tempo.

Em 1915, predomina uma retórica de resgate histórico, ancorada em memórias de abandono e regeneração, com forte apelo à identidade letrada do Maranhão como ‘Atenas Brasileira’. Já em 1916, o discurso volta-se à função educativa e civilizatória, ampliando o papel simbólico da biblioteca como formadora da cidadania e promotora da cultura local. No relatório de 1917, essa narrativa estrutura-se por meio da diplomacia institucional, com a valorização de apoios políticos e conquistas administrativas, configurando uma imagem de prestígio ainda dependente de validações externas.

Em 1919, consolida-se um discurso de autoafirmação e estabilidade institucional: a biblioteca é simbolicamente equiparada às grandes instituições nacionais, representando um projeto de memória realizado, ainda que contrabalançado por carências materiais persistentes. Ao longo do período, a identidade simbólica da biblioteca é moldada como patrimônio intelectual do Maranhão, símbolo de resistência cultural, modernização educacional e aspiração de centralidade no cenário nacional. Reconhece-se que o processo de formação da identidade institucional ocorre mediante a elaboração estratégica de uma memória e de uma trajetória histórica, mecanismos que conferem

legitimidade à instituição. Assim, Ribeiro e Barbosa (2007, p. 6) corroboram ao afirmar que “A memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional”. A BPBL emerge não somente como espaço de acervo, mas como instituição que disputa narrativa, reconhecimento e lugar na história pública do Estado.

Esses documentos demonstram a importância de instituições como as bibliotecas na sociedade. Nesse contexto, é importante notar que “arquivos, bibliotecas e museus desempenham importante papel de preservação e resgate da memória social, cultural e histórica” (Hora, 2023, p. 89).

Colecionismo e acervo como patrimônio simbólico

A centralidade do acervo nos relatórios da Biblioteca Pública Benedito Leite evidencia seu papel como patrimônio simbólico e instrumento de consagração institucional. As práticas de colecionismo, frequentemente vinculadas a redes de prestígio e a doações individuais, revelam tanto a valorização do acervo quanto sua função como marcador de pertencimento cultural. Nesse sentido, “os acervos já estão imbuídos do caráter e da imagem que acionistas e colaboradores gostariam que os seus clientes e a sociedade associassem à sua marca, à sua identidade” (Rueda; Freitas; Valls, 2011, p. 85). A biblioteca emerge não somente como espaço de acervo, mas como instituição que disputa narrativa, reconhecimento e lugar na história pública do Estado. O Quadro 2, a seguir, apresenta como os discursos sobre as coleções foram mobilizados para sustentar uma memória pública de distinção e reconhecimento social.

Entre 1915 e 1919, os relatórios da Biblioteca Pública Benedito Leite constroem uma visão do acervo como expressão material do valor simbólico, histórico e cultural da instituição, que busca se afirmar como repositório da memória intelectual maranhense. O colecionismo emerge

Quadro 2 – Colecionismo e acervo como patrimônio simbólico.

Ano	Trechos dos relatórios
1915	“Possue ainda a secção de manuscritos desta Biblioteca os seguintes autographos: <i>Principios de Musica</i>, por Domingos Thomaz Velles Perdigão [...] <i>Tartufo</i>, comedia de Molière, tradução do Dr. Americo Lobo, offerecida por Arthur Azevedo [...] e outros diversos manuscritos autógrafos, doados por figuras ilustres da literatura nacional” (Perdigão, 1915, p. 13). “A riquissima collecção de gravuras. As lithographias e gravuras em madeira. Os quadros a oleo. A Biblioteca Theatral. Os outros objectos de arte [...] Chegada a esta Capital, foi a alludida collecção installada nas salas do pavimento inferior do Palacio do Governo [...] Durante o tempo em que esteve no Palacio do Governo, damnificaram-se alguns quadros, e algumas gravuras foram dilaceradas pelo cupim” (Perdigão, 1915, p. 15).
1916	“A secção infantil [...] mandei escripturar em catálogo especial todas as obras adequadas à juventude [...] verificando então que poucas, neste gênero, possuía este estabelecimento, o que fiz sciente a essa Secretaria [...] solicitando verba para aquisição” (Perdigão, 1915, p. 70). “Durante o anno proximo findo o museu deste estabelecimento recolheu tres amostras de pau-brasil [...] foram classificados os minerios da nossa Collecção Mineralógica [...] serviço gratuitamente prestado à esta biblioteca por esse illustre cidadão” (Perdigão, 1916, p. 77).
1917	“Neste anno os livros recebidos por doação subiram à elevada somma de 1.734, destacando-se dentre essas doações a valiosa dádiva de 824 volumes da collecção de obras de direito e legislação que pertenceu ao benemerito maranhense Dr. Benedicto Pereira Leite [...]” (Perdigão, 1917, p. 54). “Do Exm.º Sr. Coronel Antonio Bricio de Araujo [...] recebeu esta Biblioteca a riquissima doação da magnifica obra <i>Historia do Brazil</i>, de Rocha Pombo, 9 volumes artisticamente encadernados em porcalina. [...] Salientam-se ainda as valiosas doações dos illustres Srs. Dr. Antonio B. Castello Branco, Senador Fernando Mendes de Almeida [...] entre outros” (Perdigão, 1917, p. 54). “Continúa ainda incompleta a collecção da <i>Encyclopedia Illustrada Portugueza</i> e da <i>Nouvelle Géographie Universelle</i>, de Elisée Reclus. [...] Recebemos também, por permutação, obras da Sociedade Nacional de Agricultura, da Biblioteca da Marinha, do Archivo Nacional, da Biblioteca Pública de Nova York, do Congresso Científico Pan-Americano [...] entre outros (Perdigão, 1917, p. 53).
1919	“Com as novas aquisições, o acervo bibliographico ultrapassa os vinte mil volumes, incorporando importantes obras de direito, medicina, literatura e ciências sociais. [...] Recebemos preciosa contribuição do Dr. Francisco Martins de Almeida, composta por 412 volumes, muitos dos quais de edições raras e esgotadas. [...] Enriqueceu-se a Galeria de Honra com o retrato do Dr. Arthur Motta, eminente jurisconsulto maranhense, doado pela família” (Perdigão, 1919, p. 12). “A Collecção Artistica Arthur Azevedo continua a constituir-se como um dos orgulhos deste estabelecimento, carecendo apenas de mobiliário adequado para sua melhor preservação. [...] A secção infantil recebeu, por intermédio da Associação de Senhoras Católicas, um lote de livros educativos, de leitura facilitada, com estampas coloridas” (Perdigão, 1919, p. 29).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

como prática estruturante da identidade institucional, centrado na incorporação de obras raras, manuscritos, objetos de arte e volumes doados por figuras ilustres, exaltados nos relatórios como marcadores de prestígio e pertencimento à elite letrada. Nesse sentido, a formulação de um discurso identitário está diretamente relacionada aos recursos utilizados pelos sujeitos sociais para se posicionarem no universo das práticas culturais (Silveira, 2010).

Contudo, essa valorização simbólica eleva o acervo à condição de patrimônio documental e elemento essencial da memória institucional. A memória institucional constrói identidade e se relaciona com a historicidade e o reconhecimento da trajetória social e histórica de uma instituição. Essa valorização não é acompanhada por práticas sistemáticas de preservação (Teixeira, 2023). Nessa esteira, as práticas de preservação e conservação evidenciam a valorização cultural, histórica e social atribuída a um conjunto de documentos, cuja preservação é fundamental para garantir a integridade e a perenidade do material e para a (re)construção da memória (Souza; Bernardino, 2020).

A precariedade do mobiliário, a ausência de estrutura técnica e os danos causados por insetos e condições ambientais adversas, observados na instituição analisada, revelam um paradoxo. A materialidade do documento, unidade de registro de informação com valor, base para o acesso histórico e para a identidade, embora discursivamente sacralizada, permanece materialmente ameaçada pela falta de cuidado prático (Cavalcante; Salles; Guerra, 2024; Hora, 2023). Assim, a MI pode estar em risco, e a ausência de políticas e práticas adequadas de gestão e preservação constitui uma ameaça a essa memória e à perenidade do material (Marcial; Vieira, 2021). Essa ameaça ocorre, em parte, devido a restrições orçamentárias e baixo valor atribuído à informação histórica e falta de responsabilidade pela gestão da informação. Essa contradição entre a glorificação retórica do patrimônio e sua fragilidade institucionalizada, que se manifesta na falta de investimento e de cuidado prático com a materialidade, atravessa os quatro anos analisados.

Ao longo do período, o acervo é investido de múltiplas funções simbólicas: como instrumento de memória (1915), como acervo educativo e formativo (1916), como expressão de reconhecimento social (1917) e como capital cultural legitimador da biblioteca enquanto instituição pública de referência (1919). Nesse sentido, o colecionismo opera como estratégia discursiva de construção de valor institucional, mas também expõe os limites da infraestrutura pública em sustentar a memória como política de Estado. À memória imputa-se, juntamente com o patrimônio, esse viés político, uma vez que persiste a intencionalidade de determinar quais bens culturais são de ser preservados e lembrados e quais devem ser esquecidos ou silenciados (Durso, 2023).

Silenciamentos estruturais e perdas documentais

As perdas documentais e os apagamentos recorrentes evidenciados nos relatórios revelam práticas institucionais que contribuem para o silenciamento da memória. Tais processos não decorrem somente de omissões pontuais, mas expressam dinâmicas estruturais marcadas por descontinuidade administrativa, negligência técnica e ausência de políticas de preservação. Tais processos vão além de falhas eventuais e refletem dinâmicas estruturais mais amplas, caracterizadas por instabilidade administrativa, fragilidade técnica e carência de políticas sistemáticas de preservação.

Esse cenário se aproxima das experiências de diversas instituições culturais brasileiras responsáveis pela guarda do patrimônio documental, que enfrentaram perdas significativas em função de incêndios ou outras dificuldades operacionais, muitas vezes agravadas pela insuficiência de recursos e pelas condições estruturais precárias voltadas à proteção dos acervos, como acentuado

por Ferreira e Juvêncio (2025). No Quadro 3 são apresentados os extratos que ilustram como a perda de acervo, a degradação material e a falta de responsabilização impactam diretamente a memória institucional da biblioteca.

Quadro 3 – Silenciamentos estruturais e perdas documentais.

Ano	Trechos dos relatórios
1915	“Como sabeis, tenho tentado tudo para conseguir a mudança da Biblioteca para outro edifício [...] não tenho podido conseguir nem os reparos indispensáveis para tornar este em que estamos, menos prejudicial ao estabelecimento” (Perdigão, 1915, p. 19). “Não tem sido cumprido fielmente neste Estado o que determina o Código Penal da República, no seu artigo 386, pois que muitas obras tem sido impressas nas diversas typographias desta cidade, sem que esta Biblioteca tenha recebido o exemplar a que se refere a alludida disposição” (Perdigão, 1915, p. 15).
1916	“Conforme deixei registrado no meu relatório transacto, depois da desastrosa mudança para este edifício, encontrei os livros por tal forma espalhados e sem ordem, que, só depois de um paciente e demorado trabalho, conseguimos organizar um inventário manuscrito por título de obra [...]” (Perdigão, 1916, p. 13). “O catálogo systemático [...] escrupulosamente organizado [...] é um trabalho que faz honra à Direcção e ao pessoal da nossa biblioteca naquella epocha, e, pena é que, pelos motivos já expostos, tenha se tornado imprestável” (Perdigão, 1916, p. 9-12). “Agora mesmo, por ocasião da última arrumação e limpeza das estantes, verifiquei, com pesar, que se não conseguirmos um meio de conter tão terrível destruidor, em poucos annos teremos inutilizadas as melhores obras que possuímos” (Perdigão, 1916, p. 7).
1917	“Continúa ainda incompleta a collecção da <i>Encyclopedia Illustrada Portugueza</i> e da <i>Nouvelle Géographie Universelle</i>, de Elisée Reclus” (Perdigão, 1917, p. 13). “Devo, igualmente, consignar aqui que a destruição dos livros, pelo terrível anobium, continúa assustadora e zombando de todas as medidas prophylacticas por mim postas em prática. [...] Parece-me, porém, que o remedio radical contra esta desoladora destruição será a mudança da Biblioteca para um prédio mais arejado e espaçoso” (Perdigão, 1917, p. 89).
1919	“Embora a Bibliotheca tenha recebido importante número de obras por doação, continuam sem substituição exemplares perdidos nas mudanças antigas, cujo paradeiro permanece ignorado” (Perdigão, 1919, p. 6-7). “Não conseguimos ainda obter os volumes faltantes da <i>Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro</i>, cuja coleção permanece incompleta” (Perdigão, 1919, p. 23). “A Collecção Artistica Arthur Azevedo permanece desorganizada, por não dispor de armários apropriados nem pessoal qualificado para sua conservação” (Perdigão, 1919, p. 29). “Persistem os riscos à conservação do acervo impressos, por conta da ventilação inadequada e da ausência de limpeza sistemática. [...] A falta de resposta de algumas instituições a pedidos de permuta bibliographica impossibilitou o recebimento de obras importantes, esperadas desde o anno anterior” (Perdigão, 1919, p. 77).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ao longo do período de 1915 a 1919, os relatórios da Biblioteca Pública Benedito Leite revelam um padrão persistente de perdas documentais, falhas de conservação e ausência de políticas eficazes de controle do acervo, compondo um quadro de silenciamento institucionalizado. A ocorrência de perdas documentais, nas quais os documentos foram destruídos ou permanecem inacessíveis, demonstra um apagamento da memória (Ferreira; Juvêncio, 2025; Oliveira; Orrico, 2005). Esse silenciamento se expressa tanto na degradação física do patrimônio documental, causada por insetos, umidade, má ventilação e acondicionamento precário, quanto pela ausência de mecanismos formais de responsabilização, rastreamento e recuperação de obras.

O silêncio também se manifesta nos catálogos inutilizados, nas coleções incompletas e nas trocas bibliográficas fracassadas, evidenciando uma fragmentação crescente da rede de circulação da memória. Contudo, a omissão em restaurar ou substituir obras perdidas, como ocorre na instituição analisada, evidencia que o esquecimento e a perda de informação não decorrem exclusivamente da escassez de recursos financeiros, mas de um modelo institucional estruturado por lógicas de seleção que tendem a naturalizar o desaparecimento (Marcial; Vieira, 2021). Reforça-se o que afirmam Santos e Valentim (2021) ao desvelarem que as instituições “lembram e esquecem” de forma seletiva e que, para certas lembranças se mantenham, outras são silenciadas ou deixadas à margem.

Assim, o silenciamento observado é mais do que apagamento accidental; trata-se do efeito acumulado de uma gestão da memória marcada pela ausência de políticas de informação, restrições orçamentárias e falta de estrutura técnica (Marcial; Vieira, 2021). A ausência de diretrizes claras para a preservação e a gestão documental compromete a permanência do acervo e expõe a memória institucional a riscos concretos. A baixa valorização da informação histórica, aliada à descontinuidade administrativa e à negligência na responsabilização pela gestão da informação, contribui para um cenário de perdas sucessivas e silenciosas. Um ponto relevante, que ainda não foi destacado com ênfase é o papel dos sujeitos invisibilizados nos relatos, especialmente os trabalhadores técnicos e os usuários comuns da biblioteca. Ao longo dos relatórios, a centralidade recai sobre o diretor e as figuras doadoras, revelando uma memória institucional hierarquizada, onde os agentes operacionais, aqueles responsáveis pela organização cotidiana, pela catalogação manual e pela manutenção, permanecem à margem da narrativa oficial.

Os grupos que detêm poder, seja ele econômico ou político, podem manipular a memória e difundir visões de mundo alinhadas aos seus interesses. Em contextos de disputa, certas ideias e estratégias são legitimadas, enquanto outras são omitidas, silenciadas ou distorcidas. Os grupos situados no topo de uma hierarquia atuam, muitas vezes, como agentes do esquecimento, especialmente quando as memórias e singularidades de outros indivíduos ou coletividades ameaçam a narrativa oficial. Assim, a construção da memória envolve uma intencionalidade em exaltar determinados fatos e relativizar outros (Durso, 2023; Ferreira; Juvêncio, 2025). Esse processo evidencia que a memória pública é também produto de escolhas de visibilidade, nas quais não somente documentos, mas também sujeitos são seletivamente lembrados ou esquecidos.

Embora as bibliotecas públicas ocupem um lugar relevante na preservação e disseminação dos saberes, tradições e valores culturais de uma sociedade, sendo agentes centrais na construção da memória coletiva e na afirmação identitária, a trajetória histórica dessas instituições revela, em grande medida, as escolhas de uma sociedade sobre o que deve ser mantido e transmitido ao longo do tempo. Assim, esses espaços de memória e as narrativas que produzem não estão isentos de disputas simbólicas, contradições e interesses (Silveira, 2010). Corroborando a perspectiva de que a memória social e o patrimônio são construídos seletivamente e de que os documentos que os sustentam tendem a refletir visões hegemônicas ou dominantes, conforme ressaltado ao longo deste estudo.

Os relatórios técnicos da BPBL, produzidos entre 1915 e 1919, revelam um processo de construção discursiva da memória institucional marcado por estratégias de autoafirmação simbólica, valorização do acervo como patrimônio cultural e denúncia reiterada da precariedade estrutural. No plano do discurso, a biblioteca é representada como herdeira e guardiã de uma tradição letrada regional (a 'Atenas Brasileira'), protagonista na formação intelectual do Maranhão e, por extensão, do Brasil.

No entanto, essa memória projetada convive com dinâmicas estruturais de esquecimento institucionalizado, manifestas na degradação física, nas perdas documentais e na ausência de políticas de preservação. A análise evidencia que a BPBL é, simultaneamente, agente e vítima da memória pública: enquanto tenta organizar e perpetuar saberes, é atravessada por contradições entre o discurso e a materialidade, entre o que se busca lembrar e o que se permite esquecer. Assim, o acervo emerge não como repositório fixo do passado, mas como um campo de disputas simbólicas, marcado por ausências, apagamentos e seleções que desafiam a permanência da memória como valor público e político.

Considerações Finais

A figura simbólica da biblioteca como centro do saber entra em contraste com a persistência de perdas documentais, catálogos inutilizados, coleções incompletas e acervos danificados por cupins. Esse descompasso entre o projeto simbólico e a realidade operacional evidencia o que Ricoeur (2007) denomina dialética entre memória e esquecimento, na qual o que se recorda é inseparável do que se deixa apagar. Observa-se que os discursos que exaltam doações, coleções raras e o valor cultural da biblioteca operam como memórias selecionadas e estratégicas, silenciando frequentemente as ausências, os apagamentos e as condições materiais precárias que comprometem a integridade do acervo. Nessa esteira, pontua-se que essa seleção narrativa aponta para uma forma de memória pública performada, construída para legitimar a instituição diante do Estado e da sociedade, mas que também atua como mecanismo de encobrimento dos vazios e das falhas da própria instituição (Candau, 2011; Pollak, 1989).

Portanto, o esquecimento, longe de ser mera falha, mostra-se como produto histórico, social e político. Ele se materializa na degradação do espaço, na desorganização dos registros e na perda de obras, elementos que não somente revelam negligência, mas evidenciam a estrutura de exclusão simbólica que atravessa a história dos dispositivos de memória no Brasil. A BPBL, nesse sentido, é tanto produtora quanto vítima da memória, pois tenta organizar, preservar e representar o saber, ao mesmo tempo em que é corroída pela falta de condições mínimas para cumprir essa missão. Assim, o que emerge desses relatórios é um modelo de gestão da memória institucional marcado por tensões entre a memória desejada, a memória possível e o esquecimento inevitável, dinâmica que desafia a ideia de acervo como passado fixo e revela seu caráter processual, conflitivo e político.

Por se tratar de um recorte, este estudo terá sua continuidade mediante a análise de categorias temáticas como espaço físico e simbolismos, organização da informação e investigações voltadas à voz dos sujeitos invisibilizados nos documentos, tais como funcionários, leitores e comunidades usuárias, que também se mostram promissoras. Por fim, sinaliza-se o interesse em estender este estudo para os relatórios publicados após o ano de 1919.

Referências

- Abreu, R.; Chagas, M. Introdução. In: Abreu, R.; Chagas, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 13-24.
- Almeida, D. P. R. et al. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.
- Assmann, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- Azevedo Netto, C. X. Cultura, identidade e cultura material: a visão arqueológica. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 28, p. 265-275, 2005.
- Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- Candau, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- Castro, C. A.; Furtado, L. N. M.; Castellanos, S. L. V. E não merecerá a Atenas Brasileira um “Bolo de Noiva”? Um prédio para a Biblioteca Pública do Maranhão. *Cadernos de História da Educação*, v. 21, p. 1-21, 2022.
- Cavalcante, L. E.; Sales, O. M. M.; Guerra, M. A. M. A. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. *Em Questão*, v. 30, e-137828, 2024.
- Chartier, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: Chartier, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28. (Coleção Memória e Sociedade).

- Costa, I. T. M. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- Crispim, P. V. S.; Pinho, F. A. Memória institucional do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2024.
- Durso, F. C. Abordagens sobre memória social à luz do patrimônio cultural. *Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n. 23, p. 198-222, 2023.
- Ferreira, L.; Juvêncio, C. H. O esquecimento e a destruição na construção social da memória. *Transinformação*, v. 37, e2510623, 2025.
- Gallois, D. T. (org.). *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas*. São Paulo: Iepê, 2011.
- Gondar, J. Cinco proposições sobre memória social. In: Dodebei, V.; Farias, F. R.; Gondar, J. *Por que memória social?* Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40.
- Gondar, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, ano 8, n. 13, p. 1-6, 2008.
- Gondar, J. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, J.; Dodebei, V. (org.). *O que é memória social?* [Rio de Janeiro]: Contra Capa, 2005. p. 11-26.
- Halbwachs, M. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- Hora, S. R. A. A construção da memória institucional através do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues. *Archeion Online*, v. 11, n. 1, p. 135-152. 2023. Doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2023v11n1.65723>.
- Japiassu, R. C.; Fonseca, V. M. M.; Freitas, L. S. As relações entre arquivo e memória para a constituição dos centros de memória no campo informacional. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 22., 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANCIB, 2016. p. 1-15.
- Marcial, E.; Vieira, J. S. Memória institucional em risco: proliferação de documentos digitais sem gestão adequada na Administração Pública Federal do Brasil. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 150-170, 2021.
- Nunes, B. S.; Souza, R. M. L.; Mello, R. C. Memória institucional: o papel dos documentos arquivísticos na memória institucional. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 24., 2024, Vitória. *Anais [...]*. São Paulo: ANCIB, 2024.
- Oliveira, C. I. C.; Orrico, E. G. D. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: Gondar, J.; Dodebei, V. (org.). *O que é memória social?* [Rio de Janeiro]: Contra Capa, 2005. p. 73-88.
- Orlandi, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- Pêcheux, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-64.
- Perdigão, D. C. *Relatorio da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior*. Maranhão: Imp. Official, 1915.
- Perdigão, D. C. *Relatorio da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior*. Maranhão: Imp. Official, 1916.
- Perdigão, D. C. *Relatorio da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior*. Maranhão: Imp. Official, 1917.
- Perdigão, D. C. *Relatorio da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Domingos Q. Barbosa Alvares*. Maranhão: Imp. Official, 1919.
- Pollak, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- Ribeiro, A. P. G.; Barbosa, M. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 47, p. 99-114, 2007.

- Ricoeur, P. O esquecimento. In: Ricoeur, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 423-462.
- Rueda, V.M.S.; Freitas, A.; Valls, V.M. Memória Institucional: uma revisão de literatura. *CRB-8 Digital*, v. 4, n. 1, p. 78-89, 2011.
- Sá, P.I.B.; Bufrem, L.S. Proposta de conceituação dos termos memória coletiva e memória social para a Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 24., 2023, Vitória. *Anais [...]*. São Paulo: ANCIB, 2024. p. 1-16.
- Sampieri, R.; Collado, C.F.; Lucio, M.P.B. *Metodologia de Pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- Santos, J.C.; Valentim, M.L.P. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 26, n. 3, p. 208-235, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4315>
- Silveira, F.N. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n.3, p. 67-86, 2010.
- Souza, E.E.P.; Bernardino, M.C.R. Memória institucional da UFPB: o arquivo da Faculdade de Medicina da Paraíba (1952-1954). *Informação em Pauta*, v. 5, n. 1, p. 162-180, 2020.
- Teixeira, R.S. Patrimônio Intelectual e Memória Institucional: um estudo de caso no quadro científico do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 17, n. 1, p. 8-28, 2023.
- Thiesen, I. Memória institucional: elementos constitutivos de sua (re)configuração. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23., 2023, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-15.
- Thiesen, I. *Memória institucional*. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa e a equipe do setor de Obras Raras e Jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite pelo acesso aos relatórios técnicos.

Colaboradores

Curadoria de dados: M. J. M. COSTA. Investigação: M. J. M. COSTA e M. C. R. BERNARDINO. Metodologia: M. J. M. COSTA e M. C. R. BERNARDINO. Escrita – rascunho original e Escrita – revisão e edição: M. J. M. COSTA e M. C. R. BERNARDINO.